CNPJ 07.369.838/0001-0463-0 Praça 17 de Abril S/N.º Nova Fortaleza CEP: 65.805-000 Fortaleza dos Nogueiras - MA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a prestação de contas do Município de Fortaleza dos Nogueiras-MA, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. José Arnaldo Brito Magalhães e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. José Arnaldo Brito Magalhaes e rejeita o parecer prévio PL TCE nº 051/2015 de 17 de junho de 2015, relativo ao Processo 4134/2013, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Parágrafo único. O Parecer Prévio e respectivo Processo, referidos no *caput* deste artigo, ficam fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo.

- **Art. 2º** A Prestação de Contas, o Parecer Prévio PL TCE, e o parecer nº 09/2017, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo, ficarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determina o § 3º, do Art. 31, da Constituição Federal.
 - Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza dos Noqueiras-MA, em 18 de dezembro de 2017.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

MARIA JOSÉ COSTA DE SOUSA Presidente CARLOS ZOEL DE CASTRO ANDRADE Relator

JOILMA OLIVEIRA DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE



CNPJ 07.369.838/0001-0463-0 Praça 17 de Abril S/N.º Nova Fortaleza CEP: 65.805-000 Fortaleza dos Nogueiras - MA

- **Art. 53.** A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.
- § 1º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- § 2º As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.
- § 3º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado.
- § 4º A não observância do prazo indicado no § 2º determinará a inclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito anualmente deve prestar, na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA

- **Art. 201**. Recebidas pela Câmara as contas do Prefeito, referentes à gestão financeira do ano anterior, serão elas enviadas ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Constituição Federal, para parecer prévio.
- **Art. 202.** A prestação de contas, com o referido parecer prévio, será apreciada pela Comissão de Finanças e Orçamento, que elaborará projeto de decreto legislativo a ser votado até sessenta dias após o recebimento do parecer.
- **Parágrafo único.** Na discussão preliminar do projeto de decreto legislativo será observado o rito do artigo 153 e seguintes deste Regimento.
- **Art. 203.** Só por decisão de dois terços dos membros da Câmara, deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.
- **Art. 204.** A Câmara enviará ao Tribunal de Contas do Estado cópia do decreto legislativo que aprovou ou rejeitou as contas do Prefeito.



CNPJ 07.369.838/0001-0463-0 Praça 17 de Abril S/N.º Nova Fortaleza CEP: 65.805-000 Fortaleza dos Nogueiras - MA

Art. 205. Não sendo aprovadas as contas, ou parte delas, será o expediente enviado à Comissão de Constituição e Justiça para, em nova proposição, indicar as providências a serem tomadas.